

*Apresentação de Dossiê*

## A consolidação do Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política: debates e agendas a partir da experiência do VII FBCP

DOI: <https://doi.org/10.31990/agenda.2022.3.0>

 **Bruno Dias Magalhães**

Doutorando em Ciência Política pelo PPGCP-UFMG. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo e em Democracia y Buen Gobierno pela Universidad de Salamanca, Espanha. Professor da Fundação João Pinheiro. Bolsista PCRH-FAPEMIG.

E-mail: [bruno.magalhaes@fjp.mg.gov.br](mailto:bruno.magalhaes@fjp.mg.gov.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6759-6249>

6

 **Lucas Henrique Ribeiro**

Doutorando em Ciência Política pelo PPGCP-UFMG. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista FAPEMIG.

E-mail: [lucashenriquegeo@hotmail.com](mailto:lucashenriquegeo@hotmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0296-2281>

 **Carla Beatriz Raulino Marques**

Doutoranda em Ciência Política pelo PPGCP-UFMG. Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

E-mail: [c.beatrizraulino@gmail.com](mailto:c.beatrizraulino@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3085-1255>

 **Maycon Yuri Nascimento Costa**

Doutorando em Ciência Política pelo PPGCP-UFMG. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: [mayconyuri15@gmail.com](mailto:mayconyuri15@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2645-9744>

 **Marina Souto Rodrigues de Oliveira**

Mestranda em Ciência Política pelo PPGCP-UFMG.

E-mail: [marinasoutoro@gmail.com](mailto:marinasoutoro@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0936-4773>



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Em 2009, mais precisamente entre os dias 21 e 23 de outubro, ocorria na Universidade Federal de Minas Gerais o I Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política (FBCP). A iniciativa, concebida e executada por estudantes, daria início não só à principal arena de discussão, intercâmbio e produção de conhecimento entre os pós-graduandos da disciplina, mas tornar-se-ia ao longo dos anos um espaço fundamental de articulação crítica e, por isso mesmo, de formação de lideranças do campo. Naquele então, o evento debruçou-se sobre os desafios metodológicos da Ciência Política, inaugurando também o que seria outro aspecto marcante dos encontros: a presença de pensadoras e pensadores de referência, tanto no âmbito nacional, quanto internacional. Assim, a palestra principal coube a Adam Przeworski, cujo trabalho e influência dispensa apresentações.

De lá para cá foram realizados outros sete fóruns bianuais, sempre em anos distintos do Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política<sup>1</sup>, que por razões de custo e de tamanho são muitas vezes inacessíveis a grande parte das(os) pós-graduandas(os). Os eventos foram conduzidos por grande parte dos principais programas de pós-graduação em Ciência Política em todas as regiões do Brasil. O II FBCP foi organizado pelas(os) estudantes da Universidade Federal de São Carlos, em 2011, e debruçou-se sobre as novas agendas na Ciência Política. Em 2013, estudantes da Universidade Federal do Paraná promoveram o III FBCP, abordando as dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política. Em 2015 foi a vez das(os) estudantes da Universidade Federal Fluminense, que de Niterói provocaram o campo com a pergunta-tema “Onde está o Poder?”. Em 2017, o V FBCP teve organização das(os) estudantes da Universidade Federal do Piauí que, em meio à crítica situação política nacional, assumiram a reflexão sobre os caminhos da democracia no Brasil. Em 2019, promovido pelas(os) estudantes da Universidade Federal do Pará, o VI FBCP centrou suas discussões nos compromissos e responsabilidades da disciplina da Ciência Política em tempos de instabilidade. A realização dos fóruns nas regiões Norte e Nordeste não deve passar despercebida aqui, já que contrapõe uma lógica de exclusão representada pela concentração de eventos acadêmicos no Sul e Sudeste do país.

Em 2022, ainda em meio à pandemia de COVID-19, o VII FBCP retornou (remotamente) à Belo Horizonte para ponderar sobre o futuro da Ciência Política a partir da chave da crise que se abatera sobre a Ciência. Sobre este último encontro nos debruçaremos com mais vagar, uma vez que reflete avanços, mas também expõe alguns desafios do Fórum. Nossa descrição abordará a escolha da temática principal e como a reflexão se materializou nos diversos momentos da programação, a governança estabelecida para organização e condução do evento, as interlocuções necessárias com uma ainda precária instituição “Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política” e a premiação de trabalhos, alguns dos quais compõem este dossiê. A descrição articula-se na reflexão a respeito da Ciência Política enquanto campo disciplinar. É esta reflexão, como se verá, que perpassa as principais problemáticas que o planejamento e a execução do evento procuraram, senão endereçar, ao menos

<sup>1</sup> Com exceção do VII FBCP, cujo calendário foi afetado pela pandemia de COVID-19.

pautar, em um esforço necessário e importante de construção de uma agenda científica à luz das preocupações das(os) pós-graduandas(os).

O texto de apresentação do VII FBCP expôs de maneira direta e sem rodeios os dilemas que rondavam a equipe organizadora nos idos do ano de 2021, quando o evento foi articulado:

O tema desta edição é “A Crise da Ciência e o Futuro da Ciência Política”. Ele visa trazer à reflexão acadêmica o cenário de instabilidade da Ciência no Brasil, considerando os atuais movimentos negacionistas que se consolidam na sociedade brasileira, tais como o movimento antivacina, e nos colocam, enquanto cientistas políticos, na centralidade do debate. De um lado, temos a Ciência Política que defronta a crise analiticamente, que busca suas raízes, revela um futuro e aponta direções. De outro, encontramos uma Ciência (política) vítima da própria crise, em processo de desinstitucionalização. Diante disso, a temática estimula o debate sobre o papel da Ciência Política e sua contribuição para a Ciência no Brasil enquanto área que consolida saberes relevantes<sup>2</sup>.

Neste momento, o panorama científico no País abalava-se com a crise advinda da pandemia de COVID-19, seja pela surpresa inicial de um vírus de grande letalidade contra o qual não havia remédios eficazes, seja pelo negacionismo deflagrado contra o isolamento social, o uso de máscaras e a aplicação de vacinas. Na medida em que este negacionismo foi promovido por parte não desprezível do sistema político brasileiro, aí incluído o Presidente da República, a crise da Ciência em sentido amplo encampava também, no seu particular, uma crise da Ciência Política nacional, ainda incapaz de oferecer explicações plausíveis para a ascensão ao poder de um grupo abertamente nocivo à democracia. A sobreposição das crises resultou nas condições materiais para a efetivação em larga escala do que Achille Mbembe<sup>3</sup> denominou necropolítica: o controle sobre a definição da vida – e, portanto, também da morte – enquanto manifestação do poder.

Adicionalmente, as instituições científicas, em especial a universidade, tornou-se alvo do dismantelamento de políticas públicas, agravando os efeitos deletérios do ajuste fiscal imposto pela Emenda Constitucional nº95/2016, que estabeleceu o teto de gastos governamentais. Esta desinstitucionalização atingiu em cheio a comunidade de pós-graduandas(os) em Ciência Política, que viram seus sonhos de ingressar em um já perverso mercado de trabalho acadêmico esvaírem-se pela corrosão do valor das bolsas de financiamento e pela absoluta ausência de novos concursos públicos para provimento de cargos de professor universitário. Na esteira conceitual inaugurada por Paul Pierson<sup>4</sup>, a precarização da Ciência brasileira ganhava contornos de um dismantelamento sistemático pelo “desfinanciamento” de programas, mudanças nas regras fiscais, incitação do ódio e do ceticismo na opinião pública e, claro, ataques a grupos científicos organizados.

<sup>2</sup> VII FBCP, Apresentação, disponível em: <https://www.even3.com.br/viifbcp/>, acesso em 27/07/2023.

<sup>3</sup> Mbembe, A. (2018) *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 edições.

<sup>4</sup> Pierson, P. (1994). *Dismantling the welfare state?: Reagan, Thatcher and the politics of retrenchment*. Cambridge University Press.

Neste cenário nada alentador, o VII FBCP buscou pautar o debate a partir de uma programação intensa, multi-focada, intersetorial e inclusiva. Após uma breve cerimônia de abertura conduzida pelo estudante de Doutorado em Ciência Política e Presidente do Comitê Executivo do Fórum, Lucas Henrique Ribeiro (UFMG), e a então Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Telma Menicucci, a conferência de abertura abordou o novo obscurantismo pela perspectiva do Professor Harry Collins (Cardiff University, UK) e mediação do Prof. Alberto Oliva (UFRJ). Mesas redondas e conferências de discussões temáticas aprofundaram a discussão, reunindo diversos olhares com pesquisadoras e pesquisadores da relevância de Adriano Codato, Luciana Veiga, Telma Menicucci, Vítor Sandes (Mesa: O futuro da inserção profissional do cientista político no Brasil), Bruno Reis, Maria do Socorro Braga (Conferência: A Ciência Política no Brasil: passado, presente e futuro), Eduardo Marques, Francisco César de Sá Barreto, Rodrigo Correa de Oliveira, Simon Schwartzman (Mesa: Desafios do conhecimento para um mundo melhor), Carlos Ranulfo, Elisa Reis e Isabela Kalil (Mesa: A crise da sociedade brasileira sob múltiplos olhares). A Philippe Schmitter coube a conferência de encerramento intitulada “Uma Ciência da Política? Os Limites e o Futuro da Ciência Política”.

De olho no necessário aprofundamento teórico e metodológico, sete oficinas ofereceram mais de 150 vagas para reflexões sobre: análise legislativa, estudos de casos e causalidade, ferramentas de comunicação política, fundamentos filosóficos da pesquisa teórica empiricamente informada, pesquisa qualitativa com uso da ferramenta Nvivo, teorias da democracia e, de forma inovadora, uma oficina de projetos proposta, desenhada e promovida pela “Métodos em Pauta”, iniciativa acadêmica de alunas e alunos da Universidade Federal de Pernambuco. Infelizmente e sintomaticamente, uma oficina de métodos interpretativos e abordagens decoloniais não reuniu quórum suficiente para ser efetivada.

Indo mais além, o VII FBCP trouxe ainda de forma inédita os Colóquios de inserção profissional, espaços de discussão com praticantes de influência acerca de outras formas de atuação em Ciência Política para além da carreira estritamente acadêmica. A inserção deste formato foi pertinente quando se considera o já aludido contexto de ampla dificuldade financeira e carência de oportunidades na área. Foram oito mesas, abordando as áreas de relações governamentais, assessoria parlamentar, pesquisas de opinião, campanhas eleitorais, gestão de políticas públicas, jornalismo, consultoria e cargos eletivos e comissionados. A discussão acadêmica propriamente dita ficou a cargo dos nove grupos de trabalho, a saber: instituições políticas; cultura e comportamento político; teoria e pensamento político; estado e políticas públicas, mídias, políticas e opinião públicas; representação, participação política e movimentos sociais; política internacional e política externa; gênero, raças e identidade; e elites políticas, sociais e burocráticas.

Ao total, 525 participantes e 239 trabalhos apresentados fizeram deste VII FBCP um dos grandes momentos na trajetória do Fórum. Mas nada disso teria sido possível sem um grupo extenso de estudantes, com destaque para as comissões de organização formada pelas pós-graduandas e pelos pós-graduandos do programa de Ciência Política da UFMG. Foram meses de trabalho e preparação,

com muita divulgação e engajamento nas redes, reuniões para buscar financiamento e patrocínio, convite para pesquisadoras e pesquisadores, discussão e curadoria de conteúdo, além dos sete dias de programação intensa naquele fevereiro de 2022. A este grupo maravilhoso cabe o agradecimento nominal, pelos esforços, mas sobretudo pela convivência, pelo aprendizado coletivo e pelo exercício de uma gestão coletiva e cooperativa. À Flora de Paula Gonçalves Holanda Maia, Isabel de Assis Melo, Lucas Henrique Nigri Veloso, Paula Dornelas, Pedro Barbabela e Tiago Codognoto Cunha, nossa mais calorosa gratidão.

Registre-se também o necessário agradecimento aos patrocinadores, sem os quais o evento não seria possível: à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG, Associação Brasileira de Ciência Política, Quaest Pesquisa e Consultoria e Herkenhoff & Prates, nosso muito obrigado. Em especial, contou-se também com o incentivo desta Revista Agenda Política, que gentilmente organizou o presente dossiê que reúne os trabalhos premiados. A isso voltaremos em seguida.

Vale mencionar ainda, dentre tantos aprendizados, um desafio particularmente relevante acerca da necessária institucionalização do FBCP enquanto Associação sem fins lucrativos. Tal reflexão nasceu inicialmente da dificuldade de acessar o histórico das edições anteriores, mas cresceu ao longo do período de realização do evento, na medida em que oferece grande potencial de desenvolvimento. Três aspectos nos parecem especialmente relevantes. O primeiro é de ordem formal, uma vez que uma associação constituída possui mais ferramentas para acessar/promover financiamentos e oportunidades, manter um repositório virtual de contribuições, além de inúmeras outras iniciativas relevantes. O segundo é de ordem institucional, considerando que a cada evento se tem uma nova coordenação do Fórum, a colaboração da comissão anterior – cujos integrantes já podem até mesmo ter concluído seus estudos no momento do evento seguinte – é crucial para garantir não só o domínio de procedimentos e instrumentos, mas a melhoria contínua pela incorporação de lições aprendidas. O terceiro, finalmente, é substancialmente político, como convém ao campo, na linha da necessária consolidação de uma instituição verdadeiramente representativa das(os) estudantes de pós-graduação em Ciência Política, capaz não só de promover reuniões e trocas periódicas, mas vocalizar sistematicamente demandas e agendas importantes desde o ponto de vista daquelas e daqueles que estão no início de suas carreiras.

Eis, portanto, uma agenda de desenvolvimento de um campo científico: proporcionar condições materiais e simbólicas para crescimento e desenvolvimento de sua base, com o potencial benefício – dentre tantos outros – do rejuvenescimento constante de suas práticas e ideias. E foi por essa razão que o VII FBCP optou pela instituição de uma dupla premiação a seus melhores trabalhos, cujas autoras e autores tiveram acesso a um *fast-track* para publicação neste periódico, acompanhado de um prêmio financeiro. Ao todo foram cinco trabalhos premiados e outros 13 com menção honrosa no âmbito da pós-graduação, além de três trabalhos premiados no âmbito da graduação. O rol foi definido pelas(os) coordenadoras(es) e debatedoras(es) de cada grupo de trabalho. Dos 18 trabalhos de

pós-graduação, 13 resultaram em submissões para o periódico Revista Agenda Política, sendo que seis compõem este dossiê. Os demais serão publicados nas sessões livres das próximas edições. O critério para definição de quais trabalhos comporiam o dossiê e quais seriam destinados à sessão livre não foi outro senão as diferentes agilidades dos processos de revisão por pares, sujeito às dificuldades inerentes ao mundo editorial da Ciência Política. Mas isso é assunto para um outro debate, quem sabe a ser abordado em um futuro FBCP?

Vamos, pois, à apresentação dos trabalhos deste dossiê, que abre com o artigo de Lucas Henrique Nigri Veloso (UFMG) intitulado “Do arcabouço discursivo à performance corporificada: o conceito de vulnerabilidades em processos de participação democrática”. A partir de uma densa leitura teórica do conceito de vulnerabilidade e uma discussão metodológica não menos profunda sobre a articulação do conceito com a pesquisa etnográfica, Veloso apresenta os resultados de uma profícua cartografia de vulnerabilidades realizada a partir de sua observação-participante do processo de construção e performance do dia de luta antimanicomial. A proposta de releitura dos processos participativos pela lente feminista das vulnerabilidades permite compreender não só os custos e obstáculos adicionais sofridos por corpos mais vulneráveis, que levam à necessidade de cuidados singulares para sua inclusão, mas também estratégias, arranjos e alianças que permitem a contestação de estigmas e a reconfiguração da vulnerabilidade dos envolvidos em tais processos.

11

Seguindo com as discussões teóricas, Gabriel de Matos Garcia (USP) assina o ensaio “As concepções de pessoa e sociedade das distintas correntes do liberalismo”, o qual analisa os diferentes ideais de pessoa e sociedade sustentados pelas modulações clássica, progressista e libertária do liberalismo. Segundo o autor, noções ideais de um indivíduo racional cuja ação livre é solução dos problemas de coordenação social; de um indivíduo moralmente livre e igualitário cuja ação justa e razoável emana e constrói uma sociedade cooperativa; e de um indivíduo que é proprietário absoluto de si mesmo e dos seus recursos, adquiridos ou defendidos por meio de uma sociedade associativa, estão no cerne das distintas aferições normativas atribuídas às liberdades econômicas e, conseqüentemente, às instituições e práticas sociais.

Consonante ao liberalismo, passamos ao lobby empresarial e ao autofinanciamento eleitoral. Estes são os assuntos tratados respectivamente por Nicole Herscovici (USP), em seu artigo “Guerra dos portos: Um caso de sucesso da atuação política empresarial” e Bruno Marques Schaefer (UFRGS), em seu artigo “Plutocratas, Personalistas ou Inexperientes: uma revisão sistemática sobre autofinanciamento eleitoral”. Herscovici apresenta o caso do Projeto de Resolução do Senado n. 72, de 2010, de iniciativa do então líder do governo, Romero Jucá (PMDB/RR). Aprovada, a resolução diminuiu consideravelmente a alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) sobre mercadorias importadas, que não passaram por processo de industrialização no país. Com o intuito declarado de acabar com a guerra fiscal nos distintos portos brasileiros, o caso é interessante na medida que apresenta um sucesso do lobby empresarial a partir de

estratégias ofensivas, contrariando o esperado na literatura. Em uma análise detalhada que abrange todas as etapas do processo decisório, Herscovici mostra como a aliança com centrais sindicais, a atuação de empresários no legislativo e executivo, além de alguns fatores exógenos como a desindustrialização e a crise de empregos contribuíram para a aprovação do pleito, apesar da oposição articulada dos principais estados perdedores com a proposta.

Schaefer, por sua vez, realiza uma revisão sistemática da literatura sobre o autofinanciamento de campanha, com vistas a auxiliar a elaboração de pesquisas sobre casos latino-americanos, em especial o caso brasileiro. O estudo busca sistematizar quais respostas foram articuladas para explicar as causas e efeitos da decisão dos candidatos em autofinanciar suas campanhas. A partir de uma metodologia rebuscada, o autor sintetiza o resultado de 21 *papers* a partir das dimensões: “o que explica o autofinanciamento” (fenômeno tratado como variável dependente); “o que indica o autofinanciamento” (fenômeno tratado como indicador); e “o que o autofinanciamento explica” (fenômeno tratado como variável independente). Os resultados obtidos fornecem interessantes *insights* para este tema emergente e ainda muito pouco estudado na Ciência Política brasileira.

Mudando o enfoque, Ulisses Matheus Braga de Freitas Melo (UFPE) escreve o artigo “O populismo na mídia: como dois grandes veículos de comunicação utilizam o conceito?”. A pesquisa, que se ampara na análise de conteúdo, debruça-se sobre o controverso conceito do populismo, buscando compreender em quais contextos e com quais significados atrelados o termo vem sendo utilizado pelos jornais O Globo e Folha de São Paulo. Os resultados apontam para usos distintos no âmbito de análises econômicas, internacionais e de teoria política. Apesar dos múltiplos significados, estes usos em geral convergem para classificações deletérias de atores políticos, seja ao assinalar práticas intervencionistas ou antidemocráticas.

O grupo de trabalhos reunidos aqui oferecem abordagens, problemáticas e argumentos relevantes ao estudo e desenvolvimento das diversas áreas da Ciência Política. Ao fazê-lo, representam um pouco da amplitude e profundidade do debate produzido no rico espaço de trocas criado pelo FBCP. Sobretudo, as leituras oferecidas revelam a importância do fórum na construção deste campo. No momento em que finalizamos este editorial, estamos na véspera de mais um marco nesta trajetória, desta vez a ser conduzido pelas(os) colegas estudantes da Universidade Federal de Pernambuco, que da potência intelectual de Recife nos convidam a retomar as discussões metodológicas e suas aplicações no âmbito da Ciência Política. Desejando a todas e a todos os participantes um excelente evento, dedicamos este breve registro e reflexão às pessoas que contribuíram, contribuem e ainda contribuirão para a consolidação deste espaço.

Vida longa à Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política!